



II PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO 2019

QUESTÕES OBJETIVAS

1. Sobre o contraditório no regime jurídico administrativo e com base na jurisprudência dos tribunais superiores, analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () Em respeito ao contraditório e à ampla defesa, em processo administrativo disciplinar que possa impor a pena de demissão, caso o servidor não constitua defensor técnico, a administração deverá nomear advogado dativo para exercer a sua defesa técnica, sob pena de nulidade, por ofensa à Constituição.
- () É inconstitucional a exigência de depósito prévio de dinheiro para admissibilidade de recurso administrativo por violar a ampla defesa, sendo possível a exigência de arrolamento de bens como garantia da administração para a preservação do patrimônio público.
- () Em regra, não se assegura o contraditório e a ampla defesa nos processos perante o Tribunal de Contas da União que apreciam a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, já que essa concessão é ato complexo, salvo se a Corte de Contas demorar mais de cinco anos para concluir a apreciação.
- () É legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.
- () Para fins de assegurar a plenitude da ampla defesa no processo administrativo disciplinar, deve-se garantir o direito à informação, à manifestação e à consideração dos argumentos manifestados, não importando em nulidade a simples ausência de advogado constituído.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- a) F F V F V;
- b) F F F F V;
- c) F V V F V;
- d) V F F V F;

2. O princípio da moralidade administrativa, previsto de forma explícita no artigo 37, caput, da Constituição Federal, constitui-se importante elemento de controle da Administração Pública. Quando violado pode caracterizar a prática de atos de improbidade administrativa, previstos na Lei nº 8.429/92.

Lei atentamente as seguintes assertivas sobre este princípio.

- I. O princípio da moralidade administrativa incide nas fases do processo de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, com exceção da fase de homologação, que está submetida somente ao princípio da legalidade.
- II. Os atos essenciais do pregão, modalidade relativamente nova de licitação, serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, salvo com relação ao princípio da moralidade administrativa, cujo controle somente ocorrerá na fase preparatória do pregão.
- III. Na Lei nº 8.429/92, a violação do princípio da moralidade administrativa determina exclusivamente a prática dos atos de improbidade administrativa previstos no artigo 9º da Lei de Improbidade Administrativa.
- IV. Os Tribunais de Contas, ao exercerem o controle em relação ao princípio da moralidade administrativa, possuem o poder de autotutela em relação aos atos administrativos praticados pelo Poder Executivo.



V. O controle da Administração Pública possui como espécies o controle interno e o controle externo, dentre outras, e o princípio da moralidade administrativa aplica-se às duas espécies de controle dos atos administrativos.

Assinale a única alternativa correta.

- a) As assertivas I e III estão corretas.
- b) As assertivas II e V estão corretas.
- c) Somente a assertiva IV está correta.
- d) Somente a assertiva V está correta.

3. Considerando a expectativa de que não se concretize a previsão de receitas contida na lei orçamentária de certo Estado, o respectivo Governador entende que devem ser tomadas as seguintes medidas de contenção de despesas no âmbito do Poder Executivo:

- I. extinguir parte dos cargos públicos vagos.
- II. extinguir determinadas autarquias.
- III. exonerar parte dos servidores públicos ocupantes de cargos em comissão.
- IV. extinguir o fundo estadual de fomento à cultura.

À luz das disposições da Constituição Federal, poderão ser tomadas

- a) todas as medidas, desde que mediante lei estadual.
- b) todas as medidas, desde que mediante lei estadual apenas as referidas nos itens II e IV.
- c) todas as medidas, desde que mediante lei estadual apenas as referidas nos itens I, II e IV.
- d) todas as medidas, mediante decreto.

4. Em relação ao regime jurídico dos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual fora anteriormente investido.
- b) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais. Tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.
- c) Para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que os casos excepcionais estejam previstos em lei, que o prazo de contratação seja predeterminado, que a necessidade seja temporária, que o interesse público seja excepcional, e a necessidade de contratação seja indispensável, admitindo-se, nessas hipóteses, a contratação para a prestação dos serviços ordinários permanentes do Estado.
- d) A não observância do princípio do concurso público inscrito no art. 37, II, da Constituição Federal, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

5. Considerando a legislação pertinente e o entendimento do STJ, assinale a opção correta acerca de licitações públicas.

- a) Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.
- b) As minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da administração.



- c) Em caso de parceria público-privada, é dispensável a submissão da minuta do edital à realização de consulta pública.
- d) Segundo o entendimento do STJ, o prejuízo decorrente da dispensa indevida de licitação não é presumido.

6. Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/1993, a respeito do registro de preços, é correto afirmar que

- a) as compras a serem feitas pela Administração Pública, sempre que possível, deverão ser realizadas por meio desse sistema.
- b) é um sistema simplificado que dispensa a pesquisa de mercado que, normalmente, é realizada para outras formas de compras da Administração.
- c) é vedada por lei a sua regulamentação por decreto, devendo ser observadas as peculiaridades regionais.
- d) a existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.

7. No ordenamento jurídico brasileiro, a regra geral é a realização de procedimento licitatório. Há casos em que a própria Lei n. 8.666/1993 dispensa a licitação; em outros, a norma faculta ao administrador público afastar discricionariamente o certame licitatório; por fim, há outros casos ainda em que a própria competição se mostra inviável. Assinale a opção correspondente à hipótese de licitação dispensada pela própria lei de regência.

- a) contratação de profissional de setor artístico, por meio de empresário exclusivo, consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública.
- b) contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos efetuados por associações ou

- c) cooperativas formadas exclusivamente por catadores de materiais recicláveis.
- c) alienação gratuita de bem imóvel de uso comercial de âmbito local com área de 200 m² e inserido no âmbito de programa de regularização fundiária de interesse social desenvolvido por órgão da administração pública.
- d) ausência de interessados à licitação anterior que, justificadamente, não possa ser repetida sem que haja prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

8. Determinado município notificou uma concessionária de transporte público municipal por inadequação do serviço prestado e por paralisação do serviço sem justa causa, dando prazo para que as irregularidades fossem sanadas. Diante da inércia da concessionária, foi instaurado procedimento administrativo, com direito a ampla defesa, para a extinção do contrato administrativo de concessão.

Nessa situação hipotética, o contrato de concessão deverá ser

- a) extinto por encampação, em razão do inadimplemento do concessionário.
- b) extinto por caducidade, não cabendo indenização a ser paga ao concessionário.
- c) extinto por encampação, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.
- d) extinto por caducidade, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.



9. A licitação é o procedimento que concretiza determinados princípios constitucionais, tais como os da impessoalidade e eficiência. Considerando a jurisprudência dominante acerca do tema, é correto afirmar que:

- a) cada ente deve editar as suas normas gerais de licitação e contratos, em vista da autonomia dos entes federados;
- b) é válida a cláusula de edital que exige, para fins de qualificação técnica, que o licitante já tenha atuado em execução de obra similar àquela objeto da contratação;
- c) é necessário que a administração já disponha dos recursos orçamentários pertinentes ao contrato no momento da realização da licitação;
- d) o sistema de registro de preços obriga a administração pública a adquirir os produtos conforme os limites indicados no processo licitatório.

10. Determinado ente público celebra contrato com escritório de advocacia para o patrocínio de causa específica, que requer notória especialização. Satisfeito com o serviço prestado, resolve prorrogar o contrato, para incluir assessoria jurídica ordinária na prestação dos serviços. Tendo em vista a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que:

- a) havendo regular processo administrativo de dispensa de licitação, a inexistência de forma escrita do contrato não ofende a lei de regência, eis que o instrumento de contrato só é obrigatório nas contratações precedidas de licitação;
- b) conforme reiterada jurisprudência do STJ, o contrato nulo não obriga a administração pública mesmo quando esta nulidade é imputável a ela, pois é exigível do particular o conhecimento

- c) das regras atinentes a licitações e contratos administrativos;
- d) se não for comprovada a lesão efetiva ao erário, a simples dispensa indevida de licitação não impõe a condenação do agente público nas penas por improbidade administrativa, por ser hipótese de responsabilidade subjetiva;
- e) a contratação de escritório de advocacia com notória especialização é uma hipótese de inexigibilidade de licitação, sendo imprescindível haver prévio processo administrativo justificando a escolha do fornecedor, como condição de eficácia do ato;

11. Em determinado município da Federação, uma empresa pública municipal refinadora de petróleo, durante o desenvolvimento de sua atividade, deixou vaziar milhões de litros de óleo cru, material que alcançou importantes mananciais aquíferos e espalhou-se por várias cidades do respectivo estado-membro, tendo deixado inúmeras famílias ribeirinhas desprovidas de suas atividades laborais e do seu sustento.

Nessa situação, segundo entendimento do STJ,

- a) houve responsabilidade subjetiva do Estado, instruída pela teoria do risco integral.
- b) houve responsabilidade objetiva do Estado, instruída pela teoria do risco administrativo.
- c) houve responsabilidade objetiva do Estado, instruída pela teoria do risco integral.
- d) houve responsabilidade subjetiva do Estado, instruída pela teoria do risco administrativo.

12. A respeito do Ministério Público perante o Tribunal de Contas, afirma-se que:



- a) os membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo atuam junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, estando estruturalmente ligados e fazendo parte do *parquet* estadual;
- b) o Ministério Público especial junto ao Tribunal de Contas do Espírito Santo está estruturalmente ligado ao Tribunal de Contas do Estado e não ao Ministério Público do Estado, devendo ser entendido como uma instituição autônoma;
- c) aos membros do Ministério Público especial que atuam junto ao Tribunal de Contas aplicam-se normas próprias especiais no que tange a direitos, vedações e forma de investidura, comparativamente aos Ministérios Públicos da União e dos Estados;
- d) da mesma forma como existe um Ministério Público especial junto ao Tribunal de Contas, existe a Defensoria Pública especial junto ao Tribunal de Contas, para assistir os hipossuficientes que precisarem se defender perante a Corte de Contas.

13. Assinale a alternativa correta, de acordo com o texto constitucional vigente.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, histórico e cultural; à moralidade administrativa; e ao meio ambiente, ficando o autor sempre isento de despesas processuais.
- b) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) A ação civil pública, para a proteção do patrimônio público, histórico, cultural e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, não pode

ser ajuizada por integrantes do Ministério Público.

- d) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, amparado ou não por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

14. As contas do Prefeito do Município Alfa foram consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado, pois foi detectada a não aplicação do percentual mínimo da receita em saúde e educação.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa manifestação do Tribunal de Contas

- a) é definitiva, importando em rejeição das contas apresentadas.
- b) será apreciada pela Assembleia Legislativa, que pode acolhê-la, ou não, por maioria simples.
- c) será apreciada pela Câmara Municipal, que pode acolhê-la, ou não, por maioria simples.
- d) será apreciada pela Câmara Municipal, que só pode deixar de acolhê-la pelo voto de dois terços de seus membros.

15. Com relação a agentes públicos, assinale a opção correta, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

- a) O teto remuneratório previsto na CF aplica-se a agentes públicos das sociedades de economia mista que recebam recursos do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- b) Nos casos em que a CF permite a cumulação de cargos, empregos e funções públicas, o teto remuneratório é



considerado em relação ao somatório das remunerações acumuladas.

- c) A CF permite, em regra, a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

16. São mecanismos de controle preventivo de constitucionalidade existentes no Direito brasileiro:

- a) sanção e veto; súmula vinculante; e ação civil pública.
- b) comissões parlamentares de constituição e justiça; arguição de descumprimento de preceito fundamental; e ação civil pública.
- c) sanção e veto; arguição de descumprimento de preceito fundamental; e ação civil pública.
- d) comissões parlamentares de constituição e justiça; sanção e veto; e mandado de segurança contra proposta de emenda constitucional questionada em face de cláusula pétrea.

17. A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a

- a) perda de bens e a suspensão ou interdição de direitos.
- b) prestação social alternativa e o banimento.
- c) privação de liberdade e o trabalho forçado em colônia agrícola ou industrial.
- d) prestação social alternativa e o banimento.

18. Sobre o mecanismos de controle social previstos pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que o

- a) plebiscito deve ser realizado depois da aprovação do projeto de lei.
- b) plebiscito deve ser realizado depois da elaboração do projeto de lei para dar subsídios a sua elaboração.
- c) referendo deve ser realizado antes da aprovação do projeto de lei para dar subsídios a sua elaboração.
- d) referendo deve ser realizado depois da aprovação do projeto de lei.

19. São exemplos de princípios específicos que regem a licitação pública, previstos na Lei nº 8.666/93:

- a) legalidade, publicidade e improbidade administrativa;
- b) igualdade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório;
- c) impessoalidade, moralidade e julgamento subjetivo;
- d) devido processo legal, ampla defesa e proporcionalidade;

20. Quanto ao controle de constitucionalidade abstrato de lei orçamentária estadual e de medida provisória correlata de conteúdo similar, de acordo com a jurisprudência do STF, o tribunal de justiça estadual.

- a) não pode fazê-lo, cabendo-lhe exercer apenas o controle incidental de constitucionalidade.
- b) pode fazer o controle abstrato de lei orçamentária, mas não de medida provisória.
- c) pode fazê-lo, desde que as normas orçamentárias tenham caráter abstrato.
- d) pode fazê-lo, independentemente do caráter abstrato ou concreto do objeto da lei e da medida provisória.



21. Haverá respeito às exigências do princípio orçamentário da unidade caso o orçamento contenha, em um único documento, todas as receitas e despesas de um mesmo

- a) plano orçamentário.
- b) órgão setorial de planejamento.
- c) poder republicano.
- d) ente da Federação.

22. Sobre os três grandes instrumentos que compõem o modelo orçamentário brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988, considere:

I. O Plano Plurianual (PPA) tem abrangência máxima de dois anos.

II. A Lei Orçamentária Anual (LOA) tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

III. O Plano Plurianual (PPA), ao identificar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) as ações que receberão prioridade no exercício seguinte, torna-se o elo entre a LDO, que funciona como um plano de médio prazo do governo, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

IV. O planejamento expresso no Plano Plurianual (PPA) assume a forma de grande moldura legal e institucional para a ação nacional, bem como para a formulação dos planos regionais e setoriais.

V. É papel da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ajustar as ações de governo, previstas no Plano Plurianual (PPA), às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente.

- a) III, IV e V.
- b) II, IV e V.
- c) I, III e V.
- d) I, II, III e IV.

23. No Brasil o modelo orçamentário definido na Constituição Federal de 1988 é composto pelo Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. A Lei Orçamentária anual

- a) compreende o Orçamento da Seguridade Social, que abrange todas as entidades e órgãos vinculados à seguridade social, da Administração direta e indireta, excluídos os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- b) inclui as programações de estatais cujos trabalhos integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social, dentro do Orçamento de Investimentos de Estatais.
- c) contempla o Orçamento Fiscal, que abrange o poder da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- d) tem como papel ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento.

24. Segundo a Constituição Federal, é

- a) vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com

Está correto o que se afirma APENAS em



- finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- b) vedada a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos de competência dos Estados e dos Municípios para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.
 - c) vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa.
 - d) permitida a instituição de fundos de qualquer natureza, independentemente de autorização legislativa.

25. Ato praticado pelo Prefeito de um município do Estado do Espírito Santo foi examinado pelo TCE/ES e considerado contrário à legislação pertinente. A decisão tomada pelo Tribunal, nesse caso, teve eficácia de título executivo. Conforme está definido de forma expressa na Constituição Federal, essa eficácia ocorre tendo em vista da decisão resultar

- a) parecer desfavorável.
- b) revogação do ato examinado.
- c) inelegibilidade do Prefeito.
- d) imputação de débito ou multa.

26. A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Ao Tribunal de Contas da União (TCU) cabe apreciar a legalidade não só das nomeações para os cargos de provimento em comissão, mas também das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

- b) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão sistemas de controle, de forma independente, com a finalidade de avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- c) Os tribunais de contas atuam de forma independente, exercendo o controle externo e o produto dessa ação destina-se a auxiliar o Poder Legislativo em sua incumbência constitucional.
- d) O sistema de controle deve ser mantido pelos três poderes de forma integrada, tendo como um dos seus principais objetivos elaborar e executar a programação financeira da União.

27. As decisões do Tribunal de Contas

- a) que imputem débito têm força de título executivo, podendo ser executadas em juízo.
- b) que determinem diretamente a sustação de execução contratual não necessitam de comunicação ao Poder Legislativo.
- c) perfazem coisa julgada, prejudicando a rediscussão da questão no âmbito do Poder Judiciário, ainda que acerca de vício no devido processo.
- d) podem ser revistas por apelação dirigida ao Poder Legislativo.

28. A respeito do controle da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) o Tribunal de Contas, por meio de sua função fiscalizadora, pode aplicar sanções em casos de ilegalidades ou irregularidades de contas, exceto multas, que devem ser aplicadas pelo Judiciário.
- b) uma das formas do controle externo, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, em função do seu poder jurisdicional, é o julgamento das contas dos administradores.



- c) os atos administrativos discricionários sujeitam-se à apreciação do controle judicial, exceto quanto ao mérito, não podendo o juiz, portanto, apreciar os motivos que precedem a elaboração do ato.
- d) o controle político pode ser exercido *a priori* ou *a posteriori*, inclusive sob o aspecto da discricionariedade.
- a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) I, II e III.

29. A Constituição Federal prevê, expressamente, que é competência do Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações,

- a) proibição de contratar com o poder público pelo prazo de oito anos.
b) multa proporcional ao dano causado ao erário.
c) perda do cargo público.
d) perda dos direitos políticos do responsável.

30. Considerando-se o disposto na Lei Complementar Estadual n. 451/2008, compete aos Procuradores de Contas:

I - promover a defesa da ordem jurídica, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

II - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas.

III - encaminhar os Títulos Executivos emitidos pelo Tribunal de Contas, por meio de ofício, a fim de que os órgãos competentes adotem as providências cabíveis.

Está correto o que se afirma APENAS em



II PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO 2019

QUESTÃO DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Será desconsiderado, também, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas, sendo de 10 (dez) linhas o mínimo aceitável para correção.
 - Na FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, único documento que servirá de base para a avaliação da Prova Discursiva, escreva com letra legível e respeite rigorosamente as margens. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva em seguida o respectivo substituto. Atenção: parênteses não podem ser usados para tal finalidade.
-

1. Discorra acerca da Teoria dos Motivos Determinantes e exemplifique sua aplicação.
-



FOLHA DE RASCUNHO – QUESTÃO DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	